



CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMETRO

PSICOLOGIA

ANDRESSA OLIVEIRA CAVALCANTE

ANDREZA RÉGIA VIDAL ALVES

**DESAFIOS DA MATERNIDADE: IMPLICAÇÕES DO CUIDADO AO FILHO COM
TRANSTORNO DO DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL**

FORTALEZA - CE

2023

ANDRESSA OLIVEIRA CAVALCANTE

ANDREZA RÉGIA VIDAL ALVES

DESAFIOS DA MATERNIDADE: IMPLICAÇÕES DO CUIDADO AO FILHO COM
TRANSTORNO DO DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de Bacharelado em Psicologia do
Centro Universitário Fametro como parte dos
requisitos para a conclusão do curso.

Orientador(a): Prof.^a Dra. Maria Zelfa de Souza
Feitosa Oliveira

FORTALEZA - CE

2023

ANDRESSA OLIVEIRA CAVALCANTE

ANDREZA RÉGIA VIDAL ALVES

DESAFIOS DA MATERNIDADE: IMPLICAÇÕES DO CUIDADO AO FILHO COM
TRANSTORNO DO DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado no dia 12 de dezembro de 2023
como requisito para a obtenção do grau de
bacharel em Psicologia da UNIFAMETRO,
tendo sido aprovado pela banca examinadora
composta pelos professores abaixo:

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a. Maria Zelfa de Souza Feitosa Oliveira
Orientadora - UNIFAMETRO

Prof.^a. Esp. Karen Stefanny Crisostomo Ramos
Membro - UNIFAMETRO

Prof.^a. Ms. Amanda Lívia de Lima Cavalcante
Membro - UNIFAMETRO

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos inicialmente à Deus, que me manteve resiliente ao longo deste processo formativo.

Também agradeço a minha família, e em especial, meus pais que foram fundamentais no meu processo educativo, sempre me inspirando a seguir o caminho do meu coração. Também agradeço ao meu namorado, que me escutou e acolheu nos momentos em que as coisas pareciam impossíveis.

Agradeço à minha orientadora, Maria Zelfa, que com seu jeito meigo e regado de memes acalmou o meu coração ansioso, além de sempre nos guiar com as melhores orientações e conhecimentos, que foram fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Sou grata à banca avaliadora, não só por ter aceitado o convite, como também pelo tempo cedido à análise e à avaliação, assim como os valiosos direcionamentos fornecidos, eles serão essenciais para o aprimoramento desta pesquisa.

Por fim, gostaria de agradecer também aos meus colegas de curso, particularmente, à minha dupla de TCC, Andreza, que mesmo nos contratempos da vida, nossa sincronia foi fundamental para a construção deste trabalho. Também agradeço à minha dupla de clínica, Marília, que com seu talento acadêmico me auxiliou nesse processo de “traduzir” o que eu queria dizer para o meio acadêmico. Por último, mas não menos importante, obrigada aos “psicoamigos” que conseguiram deixar a trajetória acadêmica muito mais leve, afinal, “quem tem um amigo tem tudo”.

Andressa Oliveira Cavalcante

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço os meus pais, Anderson e Zilmara, por sempre estar comigo e não medir esforços para fazer com que os meus sonhos se tornem realidade. Dedico essa vitória a vocês dois, por me apoiar e incentivar a nunca desistir do que eu realmente quero.

Também agradeço a minha família, por ser fonte de apoio e afeto em todos os momentos da minha vida. Como também, deixo aqui expresso, minha profunda gratidão, a Mia, por me acompanhar durante todos esses anos de graduação, sendo minha companheira fiel e fonte de amor.

Gostaria de agradecer, o meu companheiro, Welton, no qual se fez presente nesse percurso acadêmico tão desafiador. Obrigada, por toda escuta, acolhimento e apoio incondicional, que foi de extrema importância nesse momento tão delicado e que fez toda a diferença, tenho uma imensa gratidão por lhe ter e compartilhar a vida com você.

Agradeço imensamente a minha orientadora, Zelfa, por toda paciência e direcionamentos para a realização do presente trabalho, para além disso, sou muito grata por toda parceria que construímos ao longo deste ano, você é um presente da Psicologia.

Sou grata à banca avaliadora, por ter aceitado o convite de participar desse momento ímpar na minha vida, assim como as contribuições que serão fundamentais para a melhoria desta pesquisa.

Por fim, agradeço a minha dupla de TCC, Andressa, por toda parceria e apoio que foi fundamental nessa trajetória e aos meus “psicoamigos” que foram uma grande rede de apoio durante esse percurso.

Andreza Régia Vidal Alves

“Triste, louca ou má será qualificada ela quem recusar seguir receita tal, a receita cultural do marido, da família. Cuida, cuida da rotina”
(Francisco, *el Hombre*)

RESUMO

Este estudo é uma revisão integrativa da literatura, a qual tem como objetivo compreender quais são as implicações na saúde mental de mães de crianças com Transtorno do Desenvolvimento Intelectual, a partir da experiência de uma maternidade atípica. Para isso, foi realizada uma exploração conceitual acerca do Transtorno do Desenvolvimento Intelectual, do “se tornar mãe” e da maternidade atípica, em especial o fenômeno associado à saúde mental dessas mulheres. Foi realizada uma busca avançada através do Portal de Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), sendo selecionados 10 artigos para análise, seguindo os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos pelas autoras. Por meio da análise desses artigos, foi possível perceber as diferentes nuances acerca do objeto de estudo. Dentre elas, destacaram-se as perspectivas sobre o Transtorno do Desenvolvimento Intelectual, os processos de maternidade e de maternagem, o papel da mulher na maternidade atípica, os fatores psicossociais envolvidos nos cuidados à criança atípica e a relação deles com o construto social envolta da figura feminina, que resulta, por vezes, em alterações tanto na vida pessoal como na vida profissional das mães, podendo, até mesmo, impactar na saúde mental dessas.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual; Saúde Mental; Mães.

ABSTRACT

This article is an integrative review of the literature, which aims to understand the implications for the mental health of mothers of children with Intellectual Development Disorder, based on the experience of an atypical motherhood. To this end, a conceptual exploration was carried out regarding Intellectual Development Disorder, “becoming a mother” and atypical motherhood, especially the phenomenon associated with the mental health of these women. An advanced search was carried out through the CAPES Periodicals Portal (Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel), 10 articles being selected for analysis, following the inclusion and exclusion criteria established by the authors. Through the analysis of these articles, it was possible to perceive the different nuances regarding the object of study. Among them, the perspectives on Intellectual Development Disorder, the processes of motherhood and mothering, the role of women in atypical motherhood, the psychosocial factors involved in caring for atypical children and their relationship with the social construct surrounding female figure, which sometimes results in changes in both the personal and professional lives of mothers and can even impact their mental health.

Keywords: Intellectual Disability; Mental Health; Mothers.

1 INTRODUÇÃO

Compreende-se a maternidade como o exercício do papel de mãe pela mulher, que é tradicionalmente permeada pela relação consanguínea entre mãe e filho. Em paralelo a esse fenômeno, a maternagem pode ser definida como a relação que perpassa a figura materna e o filho, no que diz respeito ao modo como se dará o cuidado dele, no qual estão incluídos aspectos sociais, culturais, psíquicos e fisiológicos, tendo como seu principal componente o estabelecimento do vínculo afetivo. Nesse sentido, é importante dizer que a maternagem não é mais exercida unicamente pela mãe, sendo dividida com outras pessoas ou instituições (Gradwohl; Osis; Makuch, 2014). Dessa maneira, no presente estudo, optou-se pelo uso do conceito da maternidade nas pesquisas.

Assim, "as práticas que envolvem a maternidade estão pautadas em conceitos arraigados de que a mesma é um instinto inerente às mulheres, imbuídas do mito do amor materno, visto como natural" (Farinha; Scorsolini-Comin, 2018, p. 189). Diante disso, pode-se dizer que a maternidade ainda se mantém aprisionada aos ideais do patriarcado, que se caracterizam pelo enlace entre a tendência feminina inata, atrelada aos fatores biológicos e à função cotidiana das atividades de cuidados vinculada à figura feminina. Dessa forma, a figura da mulher é culturalmente relacionada ao papel de mãe, ou seja, ao se falar de maternidade, é imprescindível falar também da figura mulher e seus outros papéis (Lemos; Kind, 2017). Portanto, o conceito de maternidade é associado não só à mulher e à sua característica inata de gerar outro ser humano, mas também é associado às atribuições do seu papel social enquanto mãe, desenvolvido e modificado ao longo das transformações da sociedade.

Além disso, ser mãe é associado aos aspectos idealizados, tais como: sacrifício, amor incondicional e disponibilidade completa. Entretanto, essas concepções se contrapõem às experiências reais do papel materno (Travassos-Rodriguez; Feres-Carneiro, 2013). Esse ideal materno de abdições se torna utópico frente a tantas possibilidades de cuidado e de maternar, visto que a experiência da maternidade acontece de maneira diversa e singular para cada mulher.

Nessa perspectiva ampla sobre exercer a maternidade, uma forma de maternar que nos chama a atenção é a maternidade atípica. Esse termo é usado pelas próprias mães e por profissionais como uma forma de dar visibilidade à luta das mães de pessoas neurodivergentes, que fazem esforços para garantir condições inclusivas de vida, de

autonomia e de acessibilidade. Dessa maneira, essas mães podem exercer uma espécie de carga dupla dentro do processo da maternidade, uma vez que elas têm que lidar com fatores relacionados à maternidade e à criança neurodivergente. Portanto, quando nos referimos à maternidade atípica, ela pode estar relacionada com o materno de diversas crianças atípicas, como o autismo e a síndrome de *down*, por exemplo. Entretanto, para o estudo em questão foi escolhido a maternidade atípica relacionada ao Transtorno do Desenvolvimento Intelectual.

O Transtorno do Desenvolvimento Intelectual, de acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, DSM-V, está na seção de transtornos do neurodesenvolvimento. Esse grupo reúne condições relacionadas aos atrasos no desenvolvimento na primeira infância, que ocorrem de maneira precoce e com origem multifatorial. Nessa perspectiva, a prevalência global varia de acordo com o país e o nível de desenvolvimento, sendo aproximadamente 16 por 1.000 em países de renda média e 9 por 1.000 em países de alta renda. A prevalência também varia de acordo com a idade, sendo maior em jovens do que em adultos.

Sendo assim, quando se trata de mães de pessoas com deficiência que, não raras vezes, sentem-se as únicas responsáveis pelo cuidado do filho, são duplamente afetadas, seja pelos impactos que geram em suas vidas, seja pela condição de deficiência de seu filho, que provocam níveis de estresse, que interferem na vida social, profissional e econômica dessas mães (Silva; Dessen, 2011). Tendo em vista o que foi exposto, entende-se que associado às renúncias que a mulher faz para exercer o papel materno, podem estar entrelaçados alguns sofrimentos psíquicos, visto que ela passa a dedicar sua vida, em diferentes aspectos, para cuidar da criança. Com isso, busca-se entender quais seriam os efeitos dessas abdições na saúde mental de uma mãe atípica.

Diante dos aspectos mencionados anteriormente, e a partir dos seguintes conceitos: deficiência intelectual, mãe e saúde mental, surgiu o objeto de estudo desta pesquisa. Portanto, o presente trabalho traz como o principal questionamento: quais são as implicações do cuidado ao filho com Transtorno do Desenvolvimento Intelectual na saúde mental da mãe atípica? Para responder esse questionamento levantado, objetivou-se compreender quais são as implicações na saúde mental de mães de crianças com Transtorno do Desenvolvimento Intelectual, a partir da experiência da maternidade atípica.

O interesse pela temática se despertou em virtude de experiências de estágio como Acompanhantes Terapêuticas de Psicologia vivenciadas pelas autoras, em que foram realizados atendimentos às crianças com Deficiência Intelectual e às suas respectivas famílias. Diante dessas vivências, surgiram inquietações relacionadas à forma como as figuras maternas, nos casos atendidos, estavam dispostas a abdicar de suas vidas pessoais para cuidar de maneira integral de suas crianças.

Dessa forma, sabendo da importância de se compreender diferentes formas de cuidados em saúde mental de mães de pessoas com Transtorno do Desenvolvimento Intelectual, buscou-se investigar neste estudo as diversas perspectivas dessas experiências, pois ele poderá vir a ter relevância não só para as pessoas que exercem o papel materno, ajudando-as com a sua saúde mental, como também para o profissional de psicologia, que poderá fazer um melhor manejo diante dessas demandas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A construção do “ser mãe”

Ser mulher é uma construção singular acerca do feminino, no qual fica evidente que o corpo da mulher é atrelado de maneira significativa ao ventre de mãe pelo meio social, fazendo-se, assim, matéria-prima da ideologia patriarcal, no qual refere-se à relação de poder e dominação da figura masculina sobre a mulher. (Beauvoir, 1967). Tendo em vista esse contexto, o ideário comum da sociedade vigente acredita que as mulheres nasceram para serem mães.

Dessa forma, a maternidade é tradicionalmente permeada por diversos enlaces, desde a relação consanguínea entre mãe e filho, na qual remete a tendência inata atrelada a figura feminina e a função do exercício da mesma naturalizada no aspecto social e cultural. De tal modo, que pode vir a trazer para a mulher uma série de comportamentos esperados socialmente, tornando-se, assim, um elemento constitutivo das identidades femininas.

Outrossim, a maternagem vai ao encontro do modo como se dará o cuidado do sujeito, no exercício do estabelecimento de vínculo necessário para atender às necessidades físicas e psíquicas para que o bebê ou a criança tenham um desenvolvimento emocional saudável, ou seja, é a capacidade que alguém tem de ser

abrigo para a criança, onde ela se sinta aceita, pertencente e digna de ser amada. Assim, o exercício de maternar precisa ser pensado para além da necessidade que uma criança tem de ser cuidada por alguém responsável (Heffernan; Stone, 2021 & Duarte-Guterman; Leuner; Galea, 2019).

Diante disso, a maneira como a maternidade é compreendida vai ao encontro da subjetivação materna, ou seja, varia de mulher para mulher, pois depende dos valores socialmente relacionados ao ser mãe e o significado de um filho em um determinado contexto cultural. Dessa forma, o modo de vivenciar a maternidade e a maternagem, variam de acordo com a inserção cultural que perpassa a vivência e o modo de experienciar o mundo dessa mulher. Em suma, entende-se que o maternar é escolha que se mostra através da via do cuidado e do acolhimento, mas não são todos os processos de maternidade que se transformam em maternagem.

Desse modo, a ambivalência de sentimentos é um fator que perpassa a maternidade (Azevedo, 2017). Pois, são despertados nas mulheres de maneira diversa, enquanto para algumas implica em um momento de alegria, realização e até mesmo completude, para outras tende de ser visto de maneira oposta acarretando sentimentos de dor, raiva, tristeza, culpa, frustração, incerteza e muitas vezes arrependimento. Sendo preciso romper com o modelo materno ideal e romanceado prescrito pela cultura vigente, que tenta excluir e culpabilizar as mães que apresentam concomitância de sentimentos ambivalentes na relação, mãe-bebê.

Assim sendo, o papel da mãe no contexto familiar é atribuído o de possuidora do cuidado integral do lar como um todo. Nesse sentido, existe a necessidade de corresponder ao ideal de mãe perfeita, dedicada, heroína, santa, que a cultura ajudou a construir (Lemos; Kind, 2017). Nesse cenário, nota-se que as mulheres sofrem uma pressão social para exercer esse papel de forma que beire a perfeição, muitas vezes, tendo que abster-se de sua própria vida pessoal, social e profissional, para que assim possa contribuir da melhor maneira para o desenvolvimento saudável dos filhos. Desse modo, o estereótipo de mãe perfeita e profissional bem-sucedida se traduz em sobrecarga emocional e adoecimento mental (Travassos-Rodriguez; Feres-Carneiro, 2013).

Diante do exposto, ser mãe de uma criança com TDI, no qual pode-se reverberar sentimentos referentes a culpabilização e responsabilização, diante da condição de deficiência do filho de modo que a mesma tende a julgar-se como a única responsável

por ter gerado um filho com deficiência. Assim, como veremos de maneira aprofundada adiante, na perspectiva social hodierna, comumente é a mãe quem está à frente dos cuidados direcionados a esse filho e isso pode representar uma enorme responsabilidade para ela, além do que, muitas mães se dedicam intensamente ao filho e o tempo de se dedicar a si acaba sendo comprometido. Em consequência disso, acabam se isolando da sociedade, reduzindo relações interpessoais com amigos, vizinhos e parentes (Pegoraro; Smeha, 2013).

2.2 Acerca do Transtorno do Desenvolvimento Intelectual

Essa nomenclatura poderia ser encontrada anteriormente, na literatura, por meio do termo “retardo mental” ou “deficiência mental” e em virtude da Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual, aprovada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) aprovada em 2004, o termo “deficiência intelectual” foi adotado no Brasil e em outros países (Cerqueira *et al.*, 2016). Nesse contexto, há ainda a nomenclatura do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, que após a revisão utiliza o termo Transtorno do Desenvolvimento Intelectual, em consonância à Classificação Internacional de Doenças (CID- 11).

Dessa maneira, o presente estudo adota o conceito de Transtorno do Desenvolvimento Intelectual proposto pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, texto revisado (DSM-V, 2023), que o organiza na sessão de transtornos do neurodesenvolvimento. Esses transtornos são um grupo de condições que surgem na fase inicial do desenvolvimento infantil e, geralmente, apresentam os primeiros sinais antes da criança ingressar na escola, tendo como características déficits no desenvolvimento acarretando prejuízos no funcionamento pessoal, social, acadêmico ou profissional.

Assim, o Transtorno do Desenvolvimento Intelectual é marcado por déficits nas funções intelectuais, que envolvem raciocínio, resolução de problemas, planejamento, pensamento abstrato, julgamento, entre outras. Além dessa função, outra área comprometida é a do funcionamento adaptativo diário do sujeito, em comparação com os pares de idade, gênero e socioculturalmente compatíveis, de maneira que o indivíduo não consegue desenvolver habilidades de comunicação, participação social,

funcionamento acadêmico e/ou profissional, dificultando o alcance dos marcos de independência pessoal e de responsabilidade social (DSM-V, 2023).

Nesse contexto, a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), realizada por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - CIF, divulgada pela Organização Mundial da Saúde - OMS (*World Health Organization* - WHO) em 2001 (CIF, 2008) e da Convenção de Direitos da Pessoa com Deficiência e à Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146, de 06.07.2015) buscou compreender a deficiência.

Dessa maneira, inferindo-a como produto da interação entre funções e estruturas corporais com limitações e barreiras sociais e ambientais resultando em restrições de participação em igualdade de condições com as demais pessoas. Assim sendo, o chamado modelo biopsicossocial de compreensão da pessoa com deficiência é de extrema importância para o entendimento desses indivíduos como sujeitos que são plenos de direitos, e que, portanto, deveriam ser incluídos em todas as dimensões sociais (IBGE, 2019).

Na PNS de 2019, a identificação das pessoas com deficiência se deu a partir da mensuração, por meio da autorreferência, do grau de dificuldade em algumas atividades que o sujeito possuía ao realizá-las, além de abordar o uso de aparelhos de auxílio e a forma de obtenção desses aparelhos. Para os indicadores apresentados, considerou-se pessoa com deficiência aquela que tenha respondido apresentar muita dificuldade ou não conseguir de modo algum, em uma ou mais questões relativas às dificuldades sejam de enxergar, de ouvir, de se locomover, de realizar movimentos nos membros superiores ou de realizar tarefas habituais em decorrência de limitações nas funções mentais ou intelectuais, independente do uso de aparelhos de auxílio.

Apesar da pesquisa de 2013 também ter sido realizada por meio da autorreferência, foi percebido pouca exploração acerca do arcabouço teórico utilizado para definir o conceito de deficiência. De acordo com esse relatório, no Brasil, 0,8% da população declarou possuir deficiência intelectual. As mulheres apresentaram proporção inferior à dos homens: 0,7% e 0,9%, respectivamente. Pessoas com deficiência intelectual com grau intenso ou muito intenso de limitação, ou ainda que não conseguiam realizar suas atividades habituais, tais como ir à escola, brincar e trabalhar representavam 54,8% da população da amostra. Essa foi a maior proporção de limitação

encontrada nas quatro deficiências investigadas (deficiência visual, física, auditiva e intelectual).

Já em 2019, 1,2% da população com 2 anos ou mais de idade, ou seja, 2,5 milhões de pessoas, tinha deficiência intelectual. A população feminina apresentou percentual igual à masculina com 1,2% para ambos. Em termos de ocupação, 0,1% dos ocupados, 105 mil pessoas, e 0,2% dos desocupados, 15 mil pessoas, tinham deficiência mental. Analogamente às demais deficiências, a maior incidência estava fora da força de trabalho com 3,3%, 2,1 milhões de pessoas (IBGE, 2019).

Diante do exposto, no contexto brasileiro, entre os anos de 2013 e 2019, percebeu-se um aumento na quantidade de pessoas com deficiência intelectual, tanto na população feminina quanto na população masculina. Outro ponto encontrado na pesquisa é o número elevado de pessoas com deficiência intelectual que não estão inseridas em contextos de produção, como o trabalho e a escola, por exemplo. Nesse sentido, cabe o questionamento sobre em que medida esses resultados podem ser perpassados por estigmas sociais, muitos deles oriundos da falta de informações, os quais podem trazer como consequência a exclusão dessas pessoas, visto que o exercício laboral e a atividade escolar são funções fundamentais para a inserção de um sujeito na sociedade.

Outrossim, os vários níveis do Transtorno do Desenvolvimento Intelectual, são definidos com base no funcionamento adaptativo, e não em escores de Quociente de Inteligência (Q.I), uma vez que é o funcionamento adaptativo que determina o nível de apoio necessário (DSM-V, 2023). Portanto, apenas o nível de QI de um determinado sujeito não satisfaz os critérios diagnósticos para deficiência intelectual. Para além disso, é necessário observar o nível de ajuda e de orientação que o sujeito precisa nos diferentes ambientes que vivencia.

Por conseguinte, grande parte das pessoas com TDI sofrem preconceitos e são consideradas como aquelas que necessitam de ajuda para existir, sendo representadas pelos seus familiares ou por responsáveis legais, vivendo isoladas em suas casas ou em instituições especializadas, sem autonomia para suas necessidades ou interesses. Nesse contexto, assume fundamental importância o cuidador, aquele presente para auxiliar a pessoa com TDI em todas as fases da vida (Silva; Pascotini; Fedosse, 2019). Dessa maneira, uma vez que a maioria dessas pessoas estão vivendo isoladamente em suas casas, apenas reforça a falta de preparação da sociedade para integrar e acolher

essas formas subjetivas de viver, destacando-se uma maior dificuldade de integração quando a pessoa precisa de um nível de suporte 3, ou seja, mais ajudas para realizar as atividades, sejam as de vida diária, sejam as de lazer.

Assim sendo, os pacientes com TDI vivenciam as primeiras relações sociais através do ambiente familiar, podendo se tornar dependentes, de maneira permanente desse vínculo. Percebe-se, portanto, que as crianças com Transtorno do Desenvolvimento Intelectual necessitam de atenção e cuidados específicos em diversos âmbitos de sua vida, como a vida pessoal e a vida escolar, por exemplo. Dessa forma, a família exerce um papel fundamental no desenvolvimento dessas crianças, em especial as mães, as quais se destacam como uma figura imprescindível no processo não só de adaptação como também integração dessa criança na sociedade.

2.3 A saúde mental de mães que vivenciam a maternidade atípica

A Organização Mundial da Saúde (OMS) entende que saúde mental é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a mera ausência de doença ou enfermidade, sendo atravessada por alguns determinantes como fatores sociais, psicológicos e biológicos. Sob essa perspectiva, Paulo Amarante (2013, p. 33) entende a saúde mental como um campo do conhecimento para além das concepções reducionistas sendo permeada por diversas áreas do conhecimento, apresentando dificuldade em delimitar suas fronteiras. Nesse sentido, para analisar as implicações do cuidado ao filho com TDI, faz-se necessário refletir acerca dos fenômenos psicossociais envolvidos na maternidade atípica.

Tais fenômenos são construídos a partir do contexto social em que se vive. Em vista disso, Martins; Ribeiro; Garrett (2003), afirmam que é possível identificar alterações nas dinâmicas familiares, inclusive envolvendo mudanças de funções, nas últimas décadas. Entretanto, um fator é recorrente ao longo dos anos: mulheres desempenhando o papel majoritário no ato de cuidar desses indivíduos com condições específicas.

Assim, Almeida (2021), afirma que “a maternidade é uma trajetória marcada por diversas nuances e aspectos, sendo um processo de desenvolvimento que acontece no limiar da experiência subjetiva com a experiência coletiva, nos encontros mãe-bebê, mulher-mãe, mãe-comunidade e nos desdobramentos que esses encontros produzem

nas histórias de vida femininas”. Portanto, cabe refletir como se desenvolve a saúde mental dessas pessoas do sexo feminino, que exercem papéis de cuidadoras.

Diante disso, na atualidade emergiu a nomenclatura "mãe atípica", a qual parte de uma visão mais ampla pautada na diversidade das experiências maternas, rompendo com os estereótipos tradicionais de maternidade. Nesse sentido, a figura materna atípica, lida com diversos atravessamentos, como o fato dos marcos do desenvolvimento fora do esperado ou calculado, para a faixa etária do filho (Lemos, 2022). De tal forma, a maternidade atípica é um processo que marca não só a existência, o corpo que a vivência, mas também as práticas de ser e estar em relação com o mundo (Pohl; Crockford; Blakemore, 2020). Sendo assim, no presente trabalho foram consideradas, especificamente, as mães atípicas que lidam com a criação de um filho com Transtorno do Desenvolvimento Intelectual.

Destarte, com o nascimento e desenvolvimento do filho atípico, iniciam-se os desafios da saúde mental dessas cuidadoras. De tal modo, a primeira questão que a mãe tem que enfrentar a partir do descobrimento da maternidade atípica está relacionada ao rompimento de um ideal. Pode-se dizer que a criança antes de nascer já é idealizada, principalmente pela figura materna, que pode vir a enxergar naquele ser a continuidade de sua existência e, assim, depositar uma série de expectativas.

Dessa forma, a descoberta de uma deficiência acarreta uma ruptura relacionada à figura desse filho ideal com a realidade, que vai de encontro aos planos, sonhos e projetos que se tinham para essa criança. Portanto, é preciso vivenciar o processo de luto pelo filho que foi idealizado, para que seja possível estabelecer um vínculo de amor e cuidado com o filho que nasceu (Alves, 2012, p.90).

Para além desse desafio, tem-se, frequentemente, a dificuldade em manter a qualidade de vida dos cuidadores, pois essa é influenciada pelas condições socioeconômicas, pelo suporte social e características dos pais e das crianças, os quais podem estar fragilizadas. O desempenho do papel de cuidador interfere nos diversos aspectos da vida, tais como pessoal, familiar, social e até mesmo laboral. Por exemplo, o recebimento ou não de suporte como fator possível de intensificação dos níveis de estresse (Silva *et al.*, 2013). Conforme a definição acima, a saúde mental de cuidadores poderia ser atravessada por fatores estressantes, gerando assim, a sobrecarga no cuidar, comprometendo, assim, a saúde mental.

Nesse sentido, o nascimento de uma criança com TDI pode se constituir como um evento singular para o núcleo familiar, pois acarreta mudanças e incertezas. De maneira que pode ocorrer uma desconstrução na sua organização e se faz necessário uma nova estruturação de acordo com o novo membro, que demandará cuidados constantes.

Sob esse viés, a convivência com esse membro pode se tornar uma situação complexa e acarretar experiência de estresse, comprometendo diversas esferas psicológicas, emocionais, sociais e funcionais (Santos; Pereira-Martins, 2016). Diante do exposto, o aspecto psicológico da família, em especial da mãe, que é vista como a única e principal responsável por ter gerado esse filho, é negligenciado, ficando para ela apenas a função de cuidadora.

3 METODOLOGIA

3. 1 Tipo de estudo

O presente trabalho se configura como uma revisão integrativa da literatura, a respeito dos desafios da maternidade e das implicações do cuidado ao filho com Transtorno do Desenvolvimento Intelectual. Souza; Silva; Carvalho (2010) definem a revisão integrativa da literatura, como a mais ampla metodologia da categoria de revisão, que inclui estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado. Dessa maneira, o presente estudo possui natureza qualitativa descritiva que, segundo Soares (2020), a pesquisa qualitativa se caracteriza pelo desenvolvimento de conceitos a partir de fatos, ideias ou opiniões, e do entendimento indutivo e interpretativo que se atribui aos dados descobertos, associados ao problema de pesquisa.

De tal modo, optamos por uma análise de conteúdo, “[...] que se constitui em bem mais do que uma simples técnica de análise de dados, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias”, defende Moraes (1999, p. 2). Sendo assim, a análise de conteúdo corrobora com o presente estudo, em analisar os conteúdos pesquisados e compreendê-los para além do exposto em uma leitura flutuante, mas sim no que diz respeito as suas entrelinhas, atrelado aos seus significados e sentidos. Portanto, o uso da revisão integrativa neste contexto proporcionou uma vasta busca e análise das possíveis implicações da maternidade atípica.

3.2 Estratégia de busca

A pesquisa foi realizada nos meses de agosto a novembro de 2023. A consulta científica foi realizada através do Portal de Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que possibilita a localização de artigos, teses, dissertações e outras publicações úteis para pesquisadores. A coleta de dados foi realizada através de uma busca avançada, que foram utilizados os operadores booleanos de pesquisa “AND” e “OR”. Dessa maneira, com a finalidade de responder aos questionamentos levantados anteriormente, duas pesquisadoras buscaram de maneira conjunta e independente, os seguintes descritores: (“Deficiência Intelectual”) AND (“Mães”).

3.3 Critérios de inclusão e exclusão

Nesta pesquisa bibliográfica foram considerados os seguintes critérios de inclusão: (1) artigos redigidos em língua portuguesa; (2) foram incluídas teses, dissertações ou monografias, que estivessem relacionados com a temática; (3) que disponibilizavam o resumo nas bases de dados; (4) que tratavam diretamente as vivências psicossociais de mães de crianças com Transtorno do Desenvolvimento Intelectual; (5) sem recorte temporal por conta da escassez de produções científicas relacionadas com a temática em questão.

Os critérios de exclusão foram: (1) apresentação no formato de manual, editorial, resenha, comentário ou crítica; (2) artigos redigidos em língua inglesa e espanhola; (3) estudos com falta de dados essenciais para análise; (4) artigos não condizentes com o tema investigado; (5) estudos relacionados a saúde mental de mães de crianças típicas; (6) estudos que não estão disponíveis na íntegra ou que não possuem acesso gratuito.

3.4 Identificação dos estudos

Para alcançar o objetivo proposto, foram seguidos os seguintes passos metodológicos, preconizados pela literatura para a realização de uma revisão integrativa da literatura: (1) definição do tema, elaboração da pergunta norteadora e justificativa.

Formulação do objetivo geral e específicos da revisão integrativa; (2) fundação de critérios para inclusão e exclusão de artigos selecionados e busca na literatura;(3) seleção dos artigos e exclusão dos estudos duplicados, que não estejam de acordo com os objetivos do estudo, por meio da leitura dos títulos e resumos, permitindo a exclusão dos que não se adequam a essa revisão; (4) leitura completa dos artigos selecionados na íntegra, para inclusão dos que atendiam aos critérios e categorização dos estudos.

Portanto, na busca avançada pelos termos “Deficiência intelectual” e “Mães” na base de dados da CAPES, foram encontrados 70 artigos, entre eles 60 trabalhos foram excluídos, de acordo com os critérios de exclusão e 10 foram selecionados a partir dos critérios de inclusão e serão aqui analisados em profundidade para compor o *corpus* da pesquisa.

A seguir, a tabela 1 mostra os artigos que foram selecionados para análise, constando informações como o título do artigo ou tese, o ano de publicação, os autores e qual é o objetivo da pesquisa.

Tabela 1- Artigos selecionados para a análise

Artigo	Revista	Autores	Ano de Publicação	Objetivo
1. Experiências maternas sobre os cuidados com o filho com deficiência intelectual na apae Salvador.	Revista Ideação - Unioeste	Matheus Wisdom, Pedro de Jesus & Sueli Ribeiro Mota Souza	2023	Analisar as experiências maternas sobre o cuidado com o filho com deficiência.
2. Da condição de cuidadores e do ato de cuidar de pessoas com deficiência intelectual	Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo	Rosane Seeger da Silva, Fernanda dos Santos Pasotini & Elenir Fedosse	2020	Caracterizar cuidadores e seus atos de cuidar de pessoas com deficiência intelectual.
3. Deficiência intelectual grave ou profunda: investigação qualitativa de estratégias maternas de enfrentamento	Revista Psicologia em estudo	Débora Gusmão Melo, Ellen Zapparoli Nunes de Carvalho, Stephania de Araújo Rodrigues, Crispim Antonio Campos, & Fontanella, B. J. B.	2023	Investigar estratégias de enfrentamento relatadas por uma amostra de mães brasileiras de filhos com deficiência intelectual grave ou profunda.
4. O efeito de filhos com deficiência	Revista Brasileira de	Ricardo Brito Soares,	2020	analisar as relações existentes entre a presença de filho com

intelectual na oferta de trabalho das mães no Brasil	Estudos de População	Luciana Nunes Coutinho, Wescley de Freitas Barbosa & Leandro Rocco		deficiência intelectual e a oferta de trabalho materno no Brasil
5. Envelhecer com deficiência intelectual: memórias de uma mãe sobre seu filho idoso com deficiência intelectual	Revista Científica da fundação educacional de Ituverava	Priscila Alvarenga Cardoso Gimenes & Fátima Elisabeth Denari	2019	Visou compreender como uma mãe vivencia o processo de envelhecimento de seu filho, ressaltando as possibilidades e dificuldades enfrentadas e sua percepção sobre o processo de envelhecimento das pessoas com deficiências, sobretudo intelectual, na sociedade atual.
6. Espera, cuidado e deficiência: As produções do tempo na trajetória de mães de adultos com deficiência intelectual	Cadernos Pagu	Helena Fietz	2023	Compreender como o tempo do cuidado e o 'tempo aleijado' atuam na conformação do cuidado familiar da pessoa com deficiência.
7. Expectativa familiar sobre autonomia de filhos com deficiência Intelectual e transtorno do espectro autista	Revista INFAD de Psicologia	Thais Carolina Albach Carniel, Maria de Fátima Joaquim Minetto, André Marques Choinski, Leandro Kruszielski & Vítor Daniel Ferreira Franco	2023	Relacionar a adaptação de pais e mães ao diagnóstico dos filhos com Deficiência Intelectual (DI) ou Transtorno do Espectro Autista (TEA) com a sua expectativa sobre a autonomia dos filhos.
8. Impacto da deficiência intelectual moderada na dinâmica e na qualidade de vida familiar: um estudo clínico-qualitativo	Cadernos de Saúde Pública	Rodrigo Victor Viana Tomaz, Vanessa de Arruda Santos, Lucimar Retto da Silva de Avó, Carla Maria Ramos & Germano Débora Gusmão Melo	2017	Investigar o impacto da deficiência intelectual moderada na dinâmica e na qualidade de vida familiar.
9. Investigação com mães de pessoas com deficiência intelectual: a redução da sobrecarga como	Revista Educação Especial, UFSM	Sarah Cecílio Fonseca & Maria Nivalda de Carvalho-Freitas Beatriz André Alves	2020	Relatar investigação realizada com grupos de mães de pessoas com deficiência intelectual, visando contribuir para a melhoria na qualidade de vida e na

um projeto de vida				ressignificação de seus projetos de vida.
10. Experiências vividas por mães de crianças com deficiência intelectual nos itinerários terapêuticos	Ciência & Saúde Coletiva	Mércia Mascarenhas Fernandes Cerqueira & Rafanielly de Oliveira Alves Maria Geralda Gomes Aguiar	2016	Descrever as experiências vividas por mães de crianças acompanhadas em uma instituição especializada de Feira de Santana (BA) nos seus itinerários terapêuticos.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.

A seguir, a tabela 2 mostra o processamento dos resultados, ou seja, a quantidade de artigos encontrados, o total de artigos após aplicação dos critérios de exclusão e o quantitativo de artigos analisados.

Tabela 2 - Processamento dos Resultados

Total de artigos encontrados	Total de artigos após aplicação dos critérios de exclusão	Total de artigos analisados
70	60	10

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, serão apresentados os resultados da análise, e em virtude das temáticas que se destacaram, eles foram categorizados em quatro tópicos, “Papel da mulher na maternidade atípica”, “Do ato de cuidar; da maternidade e da maternagem”, “Perspectivas teóricas acerca do Transtorno do Desenvolvimento intelectual”, e por fim, “Fatores Psicossociais envolvidos no cuidado à criança atípica”.

4.1 Papel da mulher na maternidade atípica

No que diz respeito ao papel exercido pela mulher na maternidade atípica, Silva; Pascotini; Fedosse (2019) por meio de um estudo censitário, descritivo e com abordagem quantitativa, realizada em um município com aproximadamente 16 mil habitantes, destacou a quantidade elevada de mulheres e mães protagonizando a função

assistencial à pessoa com TDI, aproximadamente 82,66% da amostra. De tal modo, Pedro de Jesus; Ribeiro Mota Souza (2023) afirmam em sua pesquisa que em nenhum estudo social contemporâneo, o cuidado da mulher para com o filho com deficiência é empregado como uma atividade escolhida pelo sexo feminino ou como algo a ser remunerado como função trabalhista. Na verdade, o cuidado ao filho é tido como um papel imposto socialmente e de forma intensa para as mães de pessoas com deficiência, dessa maneira corroborando para a manutenção do papel do cuidado associado à mulher e quanto a grau de parentesco, associado à mãe.

Fato encontrado também no estudo de Cerqueira; Alves; Aguiar (2016), quando trazem que culturalmente, tem cabido às mulheres o cuidado dos filhos, em particular dos que apresentam adoecimento ou deficiência. Desse modo, Carniel *et al.* (2023), explanam em seu estudo que as mães participaram como as principais cuidadoras da criança, mesmo que 58% delas sejam casadas ou vivem com o cônjuge. Nesse sentido, Fietz (2023) utilizou o termo mãe-cuidadora, evidenciando-se o fato de que a figura feminina, é a principal a exercer esse papel de cuidado, de modo que esse cuidar, vai de encontro com dispor de seu tempo para o outro. Nessa mesma vertente, Cerqueira; Alves; Aguiar (2016), clarifica que os cuidados prestados são acentuados e contínuos, tendo assim um grande potencial para transformar-se em fonte geradora de estresse, para essas mulheres que exercem o papel de cuidadora.

Em completude, o estudo de Tomaz *et al.* (2017), pontua sobre o cuidado do filho estar centralizado de maneira contundente na figura materna. Nesse aspecto, a prática de cuidado, é voltado à qualidade de vida e ao bem-estar do filho, levando muitas mulheres a abdicarem de suas vidas no âmbito profissional para se dedicar por inteira a esse filho. Fator presente também na pesquisa de Fonseca; Carvalho-Freitas; Alves (2020), pois as mães que participaram das entrevistas realizadas pelos mesmos, relataram terem como ocupação laboral, o exercício de serem "donas de casa", caracterizando-se como "do lar", pelo motivo de dedicarem-se aos cuidados do filho. Ponto expresso também por Cerqueira; Alves; Aguiar (2016), quando relatam a ocupação das mulheres presentes em seu estudo, no qual, a maioria das mães informaram serem donas de casa; duas dentre elas referiram ocupações como artesã e diarista.

Em concordância, Tomaz *et al.* (2017), expõe que a interrupção da carreira profissional, dá-se pela percepção de que quando a mãe trabalha fora do lar, o cuidado

do filho atípico ficava prejudicado, reforçando a ideia do cuidado centralizado na figura do sexo feminino. Desse modo, essas abdições podem atravessar de forma significativa essa mulher, tendo em vista que ainda de acordo com o autor, o afastamento das atividades laborais pode colaborar para o desenvolvimento de sentimentos de isolamento e incompletude. Melo *et al.* (2023) também discorrem nos seus achados sobre a priorização unicamente das questões familiares, em detrimento da vida profissional dessas mães, ocasionando o predomínio de um cotidiano “dominado” pelas consequências da deficiência, o que pode repercutir na interferência das subjetividades dessas mães e podendo impactar também a autoestima, o senso de autoeficiência e o modo como essas cuidadoras se relacionam com os demais.

Ainda nessa vertente, Fietz (2023), através da sua pesquisa de campo realizada na sala de espera de uma associação sem fins lucrativos, que oferece atividades para adultos com deficiência, evidenciou a prevalência das mulheres no percurso de busca por atividades terapêuticas, educacionais e de lazer, atravessado por múltiplas questões como o fato de traçar redes seja de apoio ou de serviços, buscar o local mais adequado para atender às especificidades do filho e as questões socioeconômicas que impactam de maneira significativa a forma que esse processo será conduzido. De tal forma, esse percurso é marcado por contínuas esperas que se tenha feito e se faz presente no cotidiano das mães atípicas.

Para além disso, a pesquisa de Fietz (2023), mostra que a figura feminina que exerce a maternagem, é a única responsável por levar e trazer o filho para todas as suas atividades, visando a qualidade de vida, desenvolvimento da autonomia e bem-estar do mesmo. Assim, mostrando-se de maneira evidente que a tarefa de “ir e vir” com os filhos na busca e garantia por tratamentos adequados recai sobre a mulher. Esses itinerários percorridos por essas mulheres, requer dedicação de maneira integral como retratam Cerqueira; Alves; Aguiar (2016), quando trazem que esse percurso de busca de recursos que possam garantir a atenção às necessidades do filho, é árduo e constante, assim, essas mulheres tendem a cuidar ininterruptamente de um outro ser, enquanto descuidam de si mesmas.

Implicações expostas também por Fonseca; Carvalho-Freitas; Alves (2020), pois as participantes de seu estudo, em suas falas se consideravam incapazes de relaxar ou ter algum momento de lazer, “Eu não sou capaz de relaxar, meu relaxamento é trabalhando, ou é na cozinha ou na máquina, não consigo sentar na TV, na hora eu

durmo e acordo até estressada, porque eu levo ele em todos os lugares”. Dessa forma, trazendo o cansaço como consequência do cuidado absoluto ao filho.

Diante desse fator, Fonseca; Carvalho-Freitas; Alves (2020), retratam em sua pesquisa que foi observada a questão apresentada pelas mães presentes em seu estudo, o fato delas apresentarem hesitações para pensar em um projeto de vida próprio, sem envolver a vida dos filhos, no qual se mostravam extremamente dependentes de seus cuidados intensivos.

Em síntese, como apontam os estudos, a figura feminina é atravessada por questões culturais e sociais, referente ao maternar, quando atrelado ao diagnóstico do filho, ela é julgada como a principal cuidadora desse ser, evidenciando, desse modo, a sobrecarga vivenciada por ela.

4.2 Do ato de cuidar; da maternidade e da maternagem

Tratando-se dos processos de maternidade e maternagem, observou-se, ao longo da análise, que poucos artigos se debruçam sobre esses fenômenos. É por meio da diferenciação deles que Pedro de Jesus; Ribeiro Mota Souza (2023) discorrem sobre os papéis que a mãe exerce no cuidado ao filho com TDI. Assim, eles pontuam que a maternidade é algo intrínseco à mulher, relacionando-se ao laço consanguíneo, enquanto abordam a maternagem como o vínculo estabelecido entre a mãe e seu filho, relacionando-se às emoções das mães diante dos filhos.

Indiretamente, Fietz (2023) aponta que todas as figuras femininas presentes em seu estudo exerciam o maternar, englobando avós, tias e mães consanguíneas. Diante disso, evidencia-se a maternagem como uma extensão do cuidado para além do modelo biológico que perpassa a relação mãe-bebê.

Sob a perspectiva do cuidado relacionado à figura materna, também são feitas considerações acerca do papel paterno nesse cuidar. Pedro de Jesus; Ribeiro Mota Souza (2023), elucidaram, através de sua entrevista, que apesar de ser esperado a divisão de tarefas com a finalidade de não sobrecarregar um único cuidador, nas respostas analisadas, os dados referentes aos pais eram associados a casos de ausência, distanciamento e, por vezes, abandono. Nesse mesmo sentido, o estudo de Tomaz *et al.* (2017), pontua que nas entrevistas feitas com as mães atípicas, a figura masculina, foi frequentemente descrita como não colaborativa ou não confiável para a

divisão do cuidado, inclusive por não aceitar a deficiência do filho. Na mesma lógica, Fonseca; Carvalho-Freitas; Alves (2020), evidenciaram em sua pesquisa que a participação do homem nesse percurso, quando acontece, é em relação ao sustento da casa. Sendo assim, fazendo-nos questionar qual seria o lugar ocupado pelos pais no exercício do cuidar ao filho com TDI, seria um lugar em que, ao contrário da mulher, é possível escolher o exercício da paternidade?

Em contraponto à entrevista de Pedro de Jesus; Ribeiro Mota Souza (2023), no estudo censitário de Silva; Pascotini; Fedosse (2019), os achados estatísticos apontaram que a amostra possuía um relacionamento estável e um ambiente familiar sem violências ou necessidades extremas de sobrevivência, denotando assim, as diferentes realidades que se encontram as mães vivenciando a maternidade atípica.

Silva; Pascotini; Fedosse (2019) destacaram em sua pesquisa que 97,3% da amostra de cuidadores era composta de familiares, que não realizaram formação técnica ou curso para tal tarefa, caracterizando, assim, o cuidado informal, em que o cuidador não possui formação específica e tampouco remuneração. Além disso, esse dado também sinaliza para a importância da família estendida no cuidado à criança com TDI. Na referida pesquisa, a média de idade dos cuidadores foi de 51,56 anos, ou seja, é expressiva a quantidade de familiares/cuidadores com idade superior a 40 anos, os autores afirmam que esse dado pode estar relacionado às mudanças vigentes na sociedade brasileira atual. Como os familiares apresentam maior longevidade e maior contato com as outras gerações, pode-se refletir acerca dos fatores psicossociais envolvidos não apenas no cuidar, mas também no próprio processo de envelhecimento desse cuidador.

4.3 Perspectivas teóricas acerca do Transtorno do Desenvolvimento Intelectual

Em relação às concepções teóricas acerca do Transtorno do Desenvolvimento Intelectual, no trabalho de Pedro de Jesus; Ribeiro Mota Souza (2023) os autores apresentam essa temática associado à linha do tempo sobre o conceito de deficiência, ou seja caracterizando suas transformações conceituais, abordando tanto o modelo biomédico da deficiência, que era atrelado a uma concepção reducionista da pessoa com deficiência, quanto a concepção do modelo social da deficiência, que foi marcado por um

novo olhar acerca da mesma, visando diminuir as barreiras impostas socialmente à essas pessoas, a fim de garantir sua inclusão.

Em concordância, Fietz (2023) afirma que as narrativas sobre a deficiência são fortemente marcadas por discursos do campo biomédico, expandindo-se para o aspecto físico, ou seja, o corpo da pessoa com deficiência é marcado por determinadas diferenças, assim sendo visto sob um olhar negativo e patológico. Desse modo, correlacionando ao TDI, se existe uma potencialização da ideia de incapacidade, advinda de uma lógica de capacitismo enraizada na sociedade presente. Nessa mesma perspectiva, o estudo de Tomaz *et al.*, (2017), traz que a interação com a comunidade é impactada em função da percepção do preconceito em relação à pessoa com TDI e à figura materna.

Para Silva; Pascotini; Fedosse (2019), o TDI foi analisado à luz de uma perspectiva também biomédica, sendo marcada não só por seu caráter biológico, como também de cunho adaptativo em relação às situações do cotidiano. Além desse aspecto, também foi pontuado acerca da pessoa com TDI ser comumente alvo de preconceitos e serem interpretadas como pessoas que precisam de ajuda para existir. Nessa vertente, Carniel *et al.* (2023), afirmam que a autonomia do indivíduo só é prejudicada se o ambiente em que está inserido não for capaz de fornecer o suporte necessário, de tal modo, compreende-se que as crenças e valores familiares são determinantes para a promoção da autonomia, sendo o ponto principal para o desenvolvimento do indivíduo.

Assim, Martins; Ribeiro; Garrett (2003), afirmam que é possível identificar alterações nas dinâmicas familiares com a chegada da pessoa com deficiência. Da mesma maneira, Tomaz *et al.* (2017) também elucidam que ter um membro com deficiência intelectual modifica a dinâmica familiar. Haja vista que, esse filho se torna o centro da mesma. Sendo assim, o modo de adaptação à presença de um filho com TDI é complexo e nunca se encontrará finalizado, pois à proporção que o indivíduo cresce, novas situações exigem novas adaptações. Tal como, Pedro de Jesus; Ribeiro Mota Souza (2023) perceberam que a deficiência ora pode ser compreendida por meio da diversidade humana, ora pode ser compreendida como um processo que pode fragilizar estruturas familiares pré-determinadas.

4.4 Fatores psicossociais envolvidos no cuidado à criança atípica

Para Pedro de Jesus; Ribeiro Mota Souza (2023), o ajustamento à realidade de um novo maternar acarreta drásticas mudanças na vida da mulher, sejam elas na profissão, no agir, no pensar, ou até mesmo no envolvimento com a maternagem. Essas mudanças, segundo os autores, estariam relacionadas a uma sociedade que ainda reproduz e reforça valores do patriarcado, assim, associado ao contexto de cuidado exclusivo e, por muitas vezes, de maneira integral, do sujeito com TDI.

Assim, com o objetivo de investigar como a presença de filhos com deficiência intelectual pode influenciar a decisão das mães de participar ou não do mercado de trabalho, bem como a quantidade de horas trabalhadas na semana, Soares *et al.* (2020), afirmaram que a presença de filho com deficiência intelectual tem um efeito negativo de aproximadamente 16,5 pontos percentuais na probabilidade de a mãe participar da força de trabalho, verifica-se também efeito negativo e significativo na oferta de trabalho da mãe para os casos em que a deficiência intelectual produz alguma limitação para a prática das atividades habituais, o resultado se repete quanto às horas trabalhadas.

Ainda nesse contexto, Soares *et al.* (2020) afirmam que a probabilidade da mãe trabalhar diminui nos casos em que: o cônjuge ou companheiro reside no domicílio; há no domicílio crianças de até 12 anos de idade; outros membros da família possuem renda; e sua saúde é ruim ou muito ruim, segundo a autoavaliação do estado de saúde. Em paralelo a isso Melo *et al.* (2023) em seus resultados discorrem sobre a priorização do filho na organização da rotina familiar, e, em particular, na vida das mães, demandando grandes esforços para se adaptarem a situação, ocorrendo mudanças de hábitos e também de projetos de vida, dessa maneira, podendo evidenciar a sobrecarga materna diante do cuidado.

Em consequência disso, a mãe negligencia o autocuidado enquanto mulher para se dedicar ao cuidado do filho (a). Um fenômeno interessante apresentado pelos autores é o da ausência de percepção dessas mães em diferenciar o cuidado que é atribuído ao filho com o cuidado que é atribuído de si, resultando em uma unidade quase indissociável de cuidado, o que caracteriza a abdicação de si para cuidar do outro (Pedro de Jesus; Ribeiro Mota Souza, 2023).

Outra vertente das análises é a importância de políticas públicas voltadas para as cuidadoras, não só como um fator de proteção, mas também um meio para diminuir as

exclusões e opressões que são vivenciadas pelas pessoas com deficiência e por suas cuidadoras (Pedro de Jesus; Ribeiro Mota Souza, 2023). Nessa perspectiva, Cerqueira; Alves; Aguiar (2016), retrata sobre o cuidado ser direcionado apenas para a criança, não se expandindo para aquela que exerce o cuidado dessa. Evidenciou-se na fala de uma das mães participantes de seu estudo, "A mim, eu não tenho, mas eu deveria ter, um apoio psicológico. Eu preciso de um calmante, porque é difícil aguentar ". Assim, mostrando que a falta de espaços de atenção e formas de apoio para lidar com as demandas relacionadas à deficiência do filho resultaram na medicalização de seu sofrimento psíquico. Sobre essa questão, faz-se importante lembrar que a assistência deve ser expandida para além do indivíduo com deficiência, fazendo-se necessárias ações de apoio psicológico e social para sua cuidadora.

Também é importante destacar que para Melo *et al.* (2023) as dificuldades no acesso aos serviços de saúde para os filhos e a percepção de que a qualidade do atendimento é inadequada podem resultar em intenso sentimento de desamparo e serem fonte de maior estresse para os cuidadores.

Diante de tal fato, o estudo de Tomaz *et al.* (2017) mostra que os serviços oferecidos pelo SUS foram caracterizados como contingenciais, por apresentar longas filas de espera, além da sensação de abandono e a falta de transparência nas informações, tendo em vista a falta de preparo dos profissionais atuantes no serviço de saúde para atender as pessoas com deficiência, como mostra o estudo do autor citado, em sua grande maioria não sabem reconhecer e nem o que fazer diante do Transtorno do Desenvolvimento Intelectual. Nesse aspecto, Cerqueira; Alves; Aguiar (2016), afirma que é preciso investir em educação dos profissionais, com o objetivo de capacitá-los para atender e cuidar das pessoas com TDI e suas cuidadoras de maneira coerente e ética. Dessa forma, mostra-se que mesmo indiretamente as políticas públicas voltadas para o cuidado da criança também influenciam na saúde mental das cuidadoras.

Além disso, os dados da pesquisa de Tomaz *et al.* (2017) mostram que o cuidado do filho com TDI influencia diretamente na saúde física e psicológica das mães, pois essas carregam a maior carga de responsabilidade, quando se refere aos cuidados à saúde e à educação do filho com TDI. Para além disso, o autor expõe que a situação de cuidadora de um filho com deficiência intelectual foi concebida ainda como geradora de estresse e fator de risco para adoecimento materno. Fato que se evidencia na fala de uma das mães atípicas entrevistadas na realização do estudo citado, "Eu não tive mais

paz depois que ele nasceu. Eu acho que eu envelheci uns vinte anos. Tanto no que diz respeito à questão emocional, quanto à questão física. Porque é difícil”.

Gimenes; Denari (2019) visaram compreender como uma mãe vivencia o processo de envelhecimento de seu filho, ressaltando as possibilidades e dificuldades enfrentadas e sua percepção sobre o processo de envelhecimento das pessoas com deficiências, sobretudo intelectual, na sociedade atual. Dessa maneira, a pesquisa se desenvolveu pautada no método de história de vida, através do qual foi realizada uma entrevista com uma das fundadoras da Associação de Pais e Amigos Excepcionais – APAE de São Paulo, Amélia, mãe de Ricardo, que era uma pessoa com Deficiência Intelectual.

Assim, durante a entrevista de Amélia foi relatado que o sentimento inicial predominante era dificuldade de aceitação diante do diagnóstico estabelecido pelo médico. Outros sentimentos que permeavam os primeiros anos de vivência da maternidade atípica de Amélia eram de indignação e de revolta, tanto por seu filho ter muitos comprometimentos quanto por não conseguir cuidar de seu filho mais velho e também por não ser mais tão presente em seu casamento (Gimenes; Denari, 2019). A concomitância de sentimentos se faz presente no momento de descoberta do diagnóstico, assim, expresso também por Cerqueira; Alves; Aguiar (2016), pois o fato do filho ser diagnosticado com TDI, pode surgir sentimentos como choque, negação, raiva, barganha, depressão e por fim aceitação, os quais não são lineares e variam de mulher para mulher. Nota-se, então, que as mulheres se mostram apreensivas diante da situação, por se um novo cenário, inquietante e, por vezes, ameaçador por comprometer e modificar diversos âmbitos das vidas delas.

A dificuldade de aceitação também foi identificada na pesquisa de Pedro de Jesus; Ribeiro Mota Souza (2023), com 3 mães que tinham seus filhos assistidos pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE), por meio da APAE de Salvador. Elas relataram, também, sentimentos como preocupações, choques e sustos quando diante do diagnóstico inesperado. Fato presente também no estudo de Fonseca; Carvalho-Freitas; Alves (2020), no qual traz que, a partir dos relatos, constatou-se que os sentimentos de frustração, culpa e incertezas foram frequentes no primeiro momento para as mães.

Nesse sentido, Fietz, H (2023) também expõe em sua pesquisa, através da realização de entrevistas com as mães atípicas, emergindo, assim, falas como: “ser mãe

sozinha já era um grande desafio, eu não contava com o desafio a mais, o desafio a mais referido advém, da desinformação em relação à deficiência e da quebra de uma expectativa de “normalidade”.”

Dessa maneira, as expectativas e os desejos tiveram que ser reajustados diante do inesperado.

Em vista disso, Melo *et al.* (2023) apontam em seu estudo a importância do apoio profissional por meio de orientações e informações como possibilidade para promover sentimentos de segurança e de pertencimento, podendo diminuir a ocorrência de pensamentos disfuncionais em relação ao diagnóstico e, assim, podendo evitar expectativas irreais, amenizando a ansiedade e o estresse.

Outra questão apontada por Pedro de Jesus; Ribeiro Mota Souza (2023) é a vivência do luto pela “morte” do filho desejado, dando lugar ao filho “real” que pode gerar relações de interdependências. Nessa mesma lógica, Fietz, H (2023) traz a questão do luto causado pela perda da idealizada “criança perfeita” e pelos tantos ajustes que essa nova realidade impõe.

Sendo assim, ocorre a perda daquilo que se imaginou como sendo a melhor vida possível ou ainda como a única vida possível, diante da deficiência do filho. Esse sentimento também foi encontrado no estudo de Gimenes; Denari (2019) e que permeia não só a vivência de Amélia como também de outras famílias.

Arelado à experiência de Amélia, Gimenes; Denari (2019), também relatam uma aflição relacionada ao distanciamento da família estendida, que, por vezes, afastam-se para não lidar com a criança vista como “problemática” (termo utilizado pela entrevistada), assim, ocasionando o isolamento não só da criança com deficiência intelectual como também da mãe. Esse tema também atravessou a pesquisa de Melo *et al.* (2023), uma vez que as entrevistadas destacaram a importância do apoio da família estendida na manutenção do bem-estar físico e mental. Em contrapartida, os autores também destacaram sentimento de insegurança de algumas entrevistadas não conseguirem dividir as ações do cuidado.

Além disso, Melo *et al.* (2023) salientam a relevância de possuir uma rede de apoio social e comunitária bem estabelecida, podendo ocasionar melhoras no funcionamento pessoal e também proteger as cuidadoras dos efeitos negativos do estresse, uma vez que os autores relatam que restrições nas atividades sociais devido à dedicação às tarefas relacionadas ao cuidado podem desenvolver estresse. Outro ponto destacado

pelas mães da pesquisa é a importância em possuir convívio com outras mães que também possuem filho com deficiência, sendo possível momentos de compartilhar não só vivências e sentimentos como também informações e cuidados.

Fietz (2023) traz à tona em sua pesquisa, que a questão financeira atravessa de maneira significativa o maternar atípico, fato evidenciado através da entrevista realizada com as mães atípicas presente no estudo, " quando perguntei qual havia sido a sua maior dificuldade ao longo da vida, Dona Eleonora respondeu rapidamente: o dinheiro " visto que esse fator é determinante no que diz respeito ao acesso às atividades terapêuticas, de estimulação, de educação, de esportes e de lazer.

Diante disso, essa questão também se apresenta no estudo realizado por Carniel *et al.* (2023), pois os dados da pesquisa apontam que quase metade das famílias presentes na amostra possuem baixa renda. Em suma, o fator financeiro se interliga de maneira direta a qualidade de vida da pessoa com deficiência, como é mostrado, pois quanto maior o nível socioeconômico, maior será a rede de apoio referente a contratação de profissionais para auxiliar nos cuidados e desenvolvimento do indivíduo.

Além disso, na amostra de Silva; Pascotini; Fedosse (2019), a manutenção da renda dos cuidadores era feita por meio de emprego ou do Benefício de Prestação Continuada (BPC), apontando para uma análise socioeconômica da população. Importante destacar também que 62,66% da população da analisada, mais da metade, possuía fundamental incompleto.

Em conformidade, Tomaz *et al.* (2017) traz por meio do seu estudo o fato que a renda familiar, muitas vezes, é insuficiente, assim se fazendo preciso uma complementação, seja por pessoas fora do núcleo familiar e/ou por benefícios sociais. Diante disso, mostrou-se que os gastos financeiros são direcionados majoritariamente a assistência à saúde e à educação, ficando em última opção atividades voltadas ao lazer e recreação, sendo estas, assim, prejudicadas.

Silva; Pascotini; Fedosse (2019) pautaram também o uso da religiosidade como um dos poucos modos de enfrentamento que essas cuidadoras dispunham no município, apontando, assim, onde as mães se apoiavam diante dos questionamentos e receios advindos da experiência materna atípica. Ademais, Tomaz *et al.* (2017) relata que o uso do discurso religioso se fez presente nas falas das mães atípicas entrevistadas, assim, a experiência do maternar atípico sendo compreendido como missão e oportunidade de crescimento pessoal e espiritual, explicitando-se através da fala dessas mulheres "Só

Deus mesmo pra dar paciência pra gente cuidar de uma criança assim. Ajuda vem do céu”. Dessa maneira, percebe-se a importância da religiosidade como fator de proteção, assim como mantenedor da saúde mental, corroborando com a perspectiva biopsicossocial da saúde mental.

Além desse fato, Silva; Pascotini; Fedosse (2019) encontraram que 86,66% dos sentimentos presentes nos cuidadores foram de prazer e de satisfação, que podem estar relacionados à importância de cuidar da pessoa querida, independente do momento difícil, posicionamento que pode ser atravessado pelos aspectos culturais e religiosos ou pela ausência de outras pessoas para essa tarefa.

Uma perspectiva particular à pesquisa de Gimenes; Denari (2019) são os sentimentos atrelados à maternidade atípica durante o envelhecimento não só da mãe como também do filho, como susto e angústia relacionados à insegurança de não saber como o filho seria cuidado sem a sua presença. Dessa forma, o artigo aponta como principais aspectos psicossociais envolvidos no cuidar da pessoa com deficiência intelectual sentimentos como luto, isolamento, insegurança e angústia.

Deste modo, através da análise dos artigos percebeu-se que essas mulheres, que exercem o papel não só de mães como também de cuidadoras, são atravessadas por questões psicossociais e também sócioeconômicas no seu processo de maternidade, influenciando na sua saúde mental.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme mencionado no objetivo, o presente trabalho buscou compreender quais são as implicações na saúde mental de mães de crianças com Transtorno do Desenvolvimento Intelectual, a partir da experiência de uma maternidade atípica. De tal forma, conforme aponta os artigos analisados, pode-se afirmar que há alteração tanto na vida pessoal quanto na vida profissional da mãe, que cuida de maneira integral de uma criança com deficiência intelectual. Para além dessas questões, há também sofrimento psíquico envolvido no processo de abdicar de sua própria experiência de vida para ser uma cuidadora.

Portanto, fica evidente uma sobrecarga diante da representação da mulher enquanto mãe, que além de provocar desgaste físico, também poderá desencadear sofrimento da ordem psíquica, tendo em vista que além do cuidado ao filho com

deficiência essa mãe, muitas vezes, apresenta responsabilidades domésticas e profissionais. Além disso, Carvalho; Ardore; Castro (2015) apontam que são comuns situações de estresse prolongado e de isolamento social por parte das mães.

Outro ponto explorado, foi o recorte socioeconômico das pesquisas, uma vez que este pode estar relacionado à quantidade de suporte que a mãe consegue receber, podendo influenciar na diminuição da sua sobrecarga.

Como limitações deste estudo, observou-se que os artigos pouco apontavam sobre políticas públicas para acolher e lidar com a faceta multidimensional que é o processo de ter um filho com TDI, podendo corroborar para a manutenção do sofrimento psíquico e também para a exclusão dessas cuidadoras diante da sociedade.

Diante dos textos analisados, foi percebido também a importância das Associação de Pais e Amigos Excepcionais – APAE no amparo à saúde mental dessas mães, uma vez que cumpriam funções complementares aos sistemas de saúde, servindo como rede de apoio, ajudando a enfrentar, muitas vezes, a solidão e o isolamento da maternidade atípica.

Além disso, observou-se o pouco arcabouço teórico sobre a diferenciação dos fenômenos da maternagem e da maternagem, processo fundamental para compreensão da saúde mental da população utilizada no estudo, uma vez que este estudo poderia ser ampliado para as outras formas de maternagem exercida por cuidadores de pessoas com TDI.

Dessa maneira, através dos dados analisados, enfatiza-se a necessidade de desenvolvimento de outros trabalhos, que venham a investigar não só a concepção dos fenômenos da maternidade e da maternagem associados à saúde mental das mães atípicas, como também a realidade socioeconômica em que elas estão inseridas, uma vez que, esta representa também um dos marcadores sociais da saúde mental, como também a ampliação de ensaios acadêmicos que versem sobre os cuidadores da pessoa com TDI.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, T. M. **Maternagem e espectro do autismo: um estudo de caso com narrativas**. 2021. 90 f., il. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021.
- ALVES, E. G. D. R. **A morte do filho idealizado**. *Mundo saúde*, 36(1), 90-97, jan. 2012. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/artigos/mundo_saude/morte_filho_idealizado.pdf . Acesso em: 5 nov. 2023.
- AZEVEDO, Rhuama Ayube de. “Amo meu filho, mas odeio ser mãe”: Reflexões sobre a ambivalência na maternidade contemporânea. 2017. 33 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Psicologia, ênfase em Infância e Família: avaliação, prevenção e intervenção, **Instituto de Psicologia**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- BEAUVOIR, Simone de.P. Segundo Sexo, Vol.2: A Experiência Vivida, **Difusão Européia do Livro**, 1967;
- CARDOSO, M. R. G.; OLIVEIRA, G. S. DE; GHELLI, K. G. M. Análise de conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 25 mar. 2021.
- CARNIEL, T. *et al.* (2023). Expectativa familiar sobre autonomia de filhos com deficiência intelectual e transtorno do espectro autista. **Revista INFAD de Psicologia. International Journal of Developmental and Educational Psychology**. p. 227-236. Disponível em: <https://revista.infad.eu/index.php/IJODAEP/article/download/2510/2150/8079> . Acesso em: 20 nov. 2023.
- CERQUEIRA, M. M. F.; ALVES, R. DE O.; AGUIAR, M. G. G. Experiências vividas por mães de crianças com deficiência intelectual nos itinerários terapêuticos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 10, p. 3223–3232, out. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/gfrqmPWJFV9vND9zSYQQYwD/#> . Acesso em: 27 set. 2023.
- CRIPPA, J. A. de S. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM 5**, texto revisado. Porto Alegre: Artmed, 2023.
- FARINHA, A. J. Q.; SCORSOLINI-COMIN, F. Relações entre não Maternidade e Sexualidade Feminina: Revisão Integrativa da Literatura Científica. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo , v. 10, n. 1, p. 187-205, jun. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-50272018000100013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 06 dez. 2023.
- FIETZ, H. **Espera, cuidado e deficiência: as produções do tempo na trajetória de mães de adultos com deficiência intelectual**. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 67, p. e236716, 2023. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8673807> . Acesso em: 10 out. 2023.

FONSECA, S. C.; CARVALHO-FREITAS, M. N. De; ALVES, B. A. **Investigação-ação com mães de pessoas com deficiência intelectual: a redução da sobrecarga como um projeto de vida.** *Revista Educação Especial*, 33, e19/ 1–21, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/40373/pdf> . Acesso em: 12 out. 2023.

GIMENES, P. A. C.; DENARI, F. E. Envelhecer com deficiência intelectual: memórias de uma mãe sobre seu filho idoso com deficiência intelectual. *Nucleus, Ituverava*, v. 16, n. 1, p. 21-34, abr. 2019. Disponível em: <https://www.nucleus.feituverava.com.br/index.php/nucleus/article/view/2856/3075> . Acesso em: 08 dez. 2023.

GRADVOHL, S. M. O.; OSIS, M. J. D.; MAKUCH, M. Y. Maternidade e formas de maternagem desde a idade média à atualidade. *Pensando fam.*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 55-62, jun. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2014000100006&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 06 dez. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional de saúde: 2013: ciclos de vida: Brasil e grandes regiões.** Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro, 2015.

_____. **Pesquisa nacional de saúde: 2019: ciclos de vida: Brasil.** IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro, 2021.

LEMOS, R. F. S.; KIND, L. Mulheres e Maternidade: faces possíveis. *Estudos e Pesquisas em Psicologia* v. 17, n. 3, p. 840 – 849. Rio de Janeiro, 2017.

MARTINS, T.; RIBEIRO, J. P.; GARRETT, C. Estudo de validação do questionário de avaliação da sobrecarga para cuidadores informais. *Psicologia, saúde & doenças*, 4 (1), 131-148. 2003. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/362/36240109.pdf> . Acesso em: 20 ago. 2023.

MELO, D. G. *et al.* Deficiência intelectual grave ou profunda: investigação qualitativa de estratégias maternas de enfrentamento. *Psicologia em Estudo*, v. 28, p. e53970, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/jqM4nsTmhJTXnYVpvcvPJBk/#> . Acesso em: 16 nov. 2023.

PAULO AMARANTE. **Saúde mental e atenção psicossocial.** [s.l.] Editora: Fiocruz, 2013.

PEDRO DE JESUS, M. W.; RIBEIRO MOTA SOUZA, S. Experiências maternas sobre o cuidado com o filho com deficiência intelectual na APAE salvador. *Ideação*, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 39–54, 2023. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/29587> . Acesso em: 20 nov. 2023.

PEGORARO, C.; SMEHA, L. N. A experiência da maternidade na velhice: implicações do cuidado ao filho com deficiência intelectual. **Barbaroi**, Santa Cruz do Sul, n. 39, p. 235-254, dez. 2013. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782013000200011&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 06 dez. 2023.

POHL, A.L., CROCKFORD, S.K., BLAKEMORE, M. *et al.* A comparative study of autistic and non-autistic women's experience of motherhood. *Molecular Autism* **11**, 3 (2020). Disponível em:

<https://molecularautism.biomedcentral.com/articles/10.1186/s13229-019-0304-2> . Acesso em 05 set. 2023.

SANTOS, M. A.; PEREIRA-MARTINS, M. L. de P. L. **Estratégias de enfrentamento adotadas por pais de crianças com deficiência intelectual**. Rio de Janeiro: Ciência e Saúde Coletiva, v. 21, p. 3233-3244, 2016.

SILVA, G. *et al.* Divanise Suruagy. Estresse e suporte social entre os cuidadores de crianças com retardo mental no estado de Alagoas. **Rev. Soc. Bras. Clín. Méd**, v. 11, n. 2, 2013.

SILVA, N. L. P.; DESSEN, M. A. Deficiência mental e família: implicações para o desenvolvimento da criança. **Psicologia, Teoria e Pesquisa**, v. 17, n. 2, p. 133- 141, 2011.

SILVA, R. S. Da; PASCOTINI, F. Dos S.; FEDOSSE, E. Da condição de cuidadores e do ato de cuidar de pessoas com deficiência intelectual. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, [S. l.], v. 30, n. 3, p. 167-173, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rto/article/view/158556> . Acesso em: 28 nov. 2023.

SOARES, R. B. *et al.* O efeito de filhos com deficiência intelectual na oferta de trabalho das mães no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 37, p. e0133, 2020.

SOARES, S. de J. Pesquisa científica: uma abordagem sobre o método qualitativo. **Revista Ciranda**, 3(1), 1–13. 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/ciranda/article/view/314> . Acesso em: 17 out. 2023.

SOUZA, M. T. de; SILVA, M. D. da; CARVALHO, R. de. **Integrative review: what is it? How to do it?** São Paulo: Einstein, v. 8, n. 1, p. 102–106, jan., 2010.

TOMAZ, R. V. V. *et al.* **Impacto da deficiência intelectual moderada na dinâmica e na qualidade de vida familiar**: um estudo clínico-qualitativo. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 33, n. 11, p. e00096016, nov., 2017.

TRAVASSOS-RODRIGUEZ, F.; FERES-CARNEIRO, T. **Maternidade tardia e ambivalência**: algumas reflexões. Rio de Janeiro: *Tempo psicanalítico*, v. 45, n. 1, p. 111-121, jun., 2013.